

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade 3

Atena
Editora
Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-096-4

DOI 10.22533/at.ed.964190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O presente livro tem como principal objetivo o estudo da educação como direito fundamental, sobretudo do direito de acesso aos níveis mais elevados da educação. Ressalta-se que a justificativa para esse enfoque se dá em razão do destaque sobre o direito à educação, notadamente no que tange aos preceitos traçados pela Constituição da República de 1988. Essa abordagem contribui para uma análise crítica sobre a efetividade das normas constitucionais que dispõe sobre o acesso ao ensino superior e para a elaboração de propostas de intervenções futuras, que visem à melhoria da educação no país. Para isso, foram analisados alguns aspectos sobre a educação no Brasil. Adotou-se o tema Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, por ser um assunto de discussão recente e de grande contribuição para o universo acadêmico. O direito à educação é um tema que sempre mereceu destaque e, atualmente, encontra-se dentre as temáticas mais polêmicas e indiscutivelmente prioritárias devido aos vários programas que surgem no Estado relacionados à acessibilidade do ensino. Esse direito surge com vistas à qualificação do indivíduo para se tornar um cidadão capaz de se determinar por sua própria convicção e, no Brasil, o direito à educação passa por diversos ordenamentos, sendo ampliado e mais visado com a promulgação da Constituição da República de 1988. A CR/88 dispõe que é dever do Estado e também da família assegurar a educação e, dentre os preceitos constitucionais, determina a competência comum dos entes federativos para a regulamentação desse direito. Com efeito, o direito à educação, descrito como direito social no art. 6º da CR/88, é também considerado um direito fundamental e, como tal, são necessárias medidas que assegurem a sua realização e efetividade. Para o cumprimento da obrigação imposta, o Estado vem usando programas que conferem condições aos indivíduos de ingressarem nas escolas e universidades. São diversas ações que promovem não só a educação, mas também outras necessidades básicas que dão suporte, tais como a saúde e a renda familiar. Mesmo assim, ainda é espantoso o número de indivíduos analfabetos e crianças que não estão nas escolas, alarmando a situação do país, que assim busca uma solução por A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL.

Não sei quantas almas tenho. Cada momento mudei. Continuamente me estranho. Nunca me vi nem acabei.

De tanto ser, só tenho alma. Quem tem alma não tem calma. Quem vê é só o que vê, Quem sente não é quem é, Atento ao que sou e vejo, Torno-me eles e não eu.

Cada meu sonho ou desejo É do que nasce e não meu. Sou minha própria paisagem; Assisto à minha passagem, Diverso, móbil e só, Não sei sentir-me onde estou.

Por isso, alheio, vou lendo Como páginas, meu ser. O que segue não prevendo, O que passou a esquecer. Noto à margem do que li O que julguei que senti. Releio e digo: “Fui eu?” Deus sabe, porque o escreveu. Fernando Pessoa – Não sei quantas almas tenho.

No artigo **a COMUNICAÇÃO EDUCATIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UMA NECESSIDADE EMERGENTE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**, os autores Maria Inez Pereira de Alcântara, Joaquim José Jacinto Escola, Alexandre dos Santos Oliveira, buscaram apresentar o resultado parcial de uma investigação realizada com finalistas do Curso de Pedagogia, de 05 (cinco) instituições de formação inicial de professores, sendo 02 (duas) instituições públicas e 03 (três) particulares. No artigo **CONCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE HEMOFILIA, DIREITOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O TRABALHO DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE**, os autores Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, Verônica Regina Muller, Marcos Antonio dos Santos, Lucas Tagliari da Silva . A proposta deste trabalho foi investigar quais os conhecimentos que crianças que frequentam o Hemocentro Regional de Maringá possuem sobre Hemofilia, sobre os direitos das crianças e como elas concebem que esses assuntos precisam ser trabalhados com os professores e alunos. No artigo **Concepções sobre a Escolha e Idealização Profissional dos Graduandos no Curso de Pedagogia: qual o papel da Didática no currículo?** As autoras Aline Daiane Nunes Mascarenhas, Priscila Santos Amorim, Adriana Santos de Jesus, buscaram compreender como ocorreu a escolha pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, diante de um cenário não muito atraente, bem como, de buscar compreender como a Didática pode contribuir nesta identificação. No artigo **CONSTRUINDO MAQUETES PARA O ENSINO DO CONCEITO DE PROPORCIONALIDADE: RELATO E REFLEXÕES**, as autoras Carolina Bruski Gonçalves, Neila Carolina Marchiori, o objetivo inicial da atividade foi possibilitar aos educandos a percepção da presença da Matemática em seu contexto social. No artigo **CONTOS DE FADAS EM LIBRAS NA ESCOLA: DESFAZENDO MITOS, MINIMIZANDO BARREIRAS**, as autoras Adriana Moreira de Souza Corrêa, Natália dos Santos Almeida, discorre que mesmo com a base legal, ainda encontramos dificuldades para implementar esta proposta nas escolas brasileiras devido a vários fatores, os quais agrupamos em: precarização da formação/informação do professor e dos demais integrantes da comunidade escolar, a ausência de programas de suporte ao aprendizado deste grupo e à falta de participação de pessoas com deficiência na elaboração de ações formativas da escola. No artigo **CRIANÇAS DO NOSSO TEMPO: MUDANÇAS SOCIAIS, NOVAS PERSPECTIVAS GERACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM** os autores **Mateus de Souza Duarte, Kilsimara Nascimento Ribeiro, Raimunda Nonata Yoshii Santarém de Souza, Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo** Buscam investigar a criança em sua prática cotidiana na percepção dos adultos com os quais convivem, ou seja, o que os adultos pensam sobre esse grupo geracional, sobre a infância, a cultura infantil e as relações de alteridade e autoridade com os adultos. No artigo **CRISE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POSTULADOS DE ENRIQUE LEFF**, os autores Janaína Soares Schorr, Marcele Scapin Rogerio, Daniel Rubens Cenci procuram estudar a importância da educação ambiental como contribuição ao desenvolvimento sustentável, a partir da

análise das obras do Professor Enrique Leff, Doutor em Economia do Desenvolvimento, e um dos maiores defensores do diálogo entre os saberes como forma de resolver os problemas ambientais, construindo uma racionalidade ambiental para suplantar a crise ambiental resultante da racionalidade econômica e promotora da destruição do Planeta. No artigo **DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PROJETO ÂNCORA: APRENDIZAGEM E PRÁTICA PEDAGÓGICA**, os autores, Patricia Martins Gonçalves, Gilberto Aparecido Damiano, trata-se de uma pesquisa em Educação, um estudo de caso com abordagem fenomenológica, na Escola Projeto Âncora, cidade de Cotia, São Paulo/Brasil. No artigo **DA NOVA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO AO SOCIAL REALISMO: UMA TRAJETÓRIA DO CAMPO EDUCACIONAL**, o autor: Isaías Pascoal procura entender as grandes perspectivas educacionais que tomaram conta do campo educacional, desde o surgimento da “Nova sociologia da educação”, nos anos 70, até culminar no “Construtivismo social”, que penetrou o meio educacional em geral, notadamente em países como o Brasil. No artigo **DESIGN VISUAL: UM OLHAR DIFERENCIADO NO PAPEL DA IMAGEM NO LIVRO DIDÁTICO**, a autora Denise Jorgens, objetivo deste trabalho é explorar os elementos visuais do Livro Didático como produtores de sentido e de que forma estes podem proporcionar aos alunos outras formas de leitura, além do texto verbal ou da análise de imagem proposta pelo autor do livro. No artigo **DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM** a autora Isadora Ramos Klein, buscar entender o processo ao longo da história da criação das leis de defesa aos animais e de como eram e são tratados até os dias de hoje pelo homem. Passando por pensamentos de diferentes filósofos, teremos uma análise mais clara e ampla da evolução de tal processo. No artigo **EL USO DE LOS PORTAFOLIOS COMO ESPACIO PARA EL DIÁLOGO Y EL TRABAJO COLABORATIVO MEDIANTE LA SOLIDARIDAD ENTRE PARES**, os autores Daniel Fabián Roca Flores Pinto, Maria José Batista Pinto Flores, buscam verificar o impacto do uso do portfólio do estudante como estratégia inovadora para o ensino da disciplina de administração, utilizada pelos dezoito alunos do quarto período do curso profissional de engenharia de sistemas em uma universidade peruana. Os alunos foram organizados em quatro grupos para trabalhar na construção de seus portfólios. No artigo **ENSINO APRENDIZAGEM DE FUNÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS**, o autor Jefferson Dagmar Pessoa Brandão, busca analisar as dificuldades e possibilidades da metodologia de ensino aprendizagem de Matemática através da resolução de problemas aliada ao trabalho com as representações múltiplas para a formação do conceito de função, em sala de aula. No artigo **ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM UM CONTEXTO INTERDISCIPLINAR**, os autores Daniel Luciano Gevehr, Darlã de Alves busca Analisar o ensino da cultura afro-brasileira e africana no contexto escolar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Iniciamos o estudo, a partir de um levantamento que procurou reunir publicações nacionais sobre o tema da cultura afro-brasileira e africana. **ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: DA DITADURA**

AOS DIAS ATUAIS – UMA BREVE DISCUSSÃO, os autores Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro e Maria Terla Silva Carneiro dos Santos, a pesquisa busca analisar o ensino de História na educação básica brasileira. Tendo em vista que nesse contexto a formação dos professores foi comprometida com a criação dos cursos de Licenciaturas Curtas e discutir os efeitos das diretrizes oficiais para o ensino de História nesse período, destacando os avanços e permanências presentes nessas propostas e evidenciando o lugar ocupado pela História escolar nos dias atuais. Para tal, utilizamos como documentos basilares a LDB n. 5.692/71 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, No artigo o **ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM: O USO DO PORTFÓLIO COMO FERRAMENTA FACILITADORA**, os autores July Grassiely de Oliveira Branco, Antonio Dean Barbosa Marques, Rochelle da Costa Cavalcante, Maria Cecília Cavalcante Barreira, Francisca Bertilia Chaves Costa busca relatar as experiências vivenciadas enquanto docente orientadora de estágio do curso técnico de enfermagem, na tentativa de refletir acerca do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de um estudo crítico-reflexivo, do tipo relato de experiência. No artigo, **ENSINO-APRENDIZAGEM DE FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR: UM PROCESSO INTEGRADO AO ENSINO DE MATEMÁTICA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS**, os autores, Manoel dos Santos Costa, Elsom José Gomes Santos, Alessandra Sampaio Couto, Norma Suely Gomes Allevato, analisar algumas possibilidades de integração entre o ensino de Física e o de Matemática, pois há uma relação muito próxima entre essas duas áreas do ensino. No artigo **ENTRE REALIDADE E FAZ DE CONTA: MANIFESTOS DA AUTONOMIA E AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Emily Maise Feitosa Aragão e Tacyana Karla Gomes Ramos, buscam analisar as relações sociais entre crianças, abordando os fenômenos da afetividade e brincadeiras, em meio às práticas cotidianas da Educação Infantil. Os preceitos metodológicos são inspirados na etnografia, que apresenta e traduz a prática da observação participante, da descrição e da análise das dinâmicas interativas (ANDRÉ, 2003). No artigo **ESCOLARIZAÇÃO NO ÂMBITO FAMILIAR: ERRO OU SOLUÇÃO**, os autores Pedro Trindade Petersen, Andréia Cenedeze, Daniela Ignácio, Cassiano Berta da Silva, Vanessa Steigleder Neubauer, Carlise Maria Zambra, os autores procuram procura mostrar os pontos negativos e positivos sobre educação domiciliar, evidenciando, detalhadamente, cada ponto, de modo a mostrar a visão do aluno e dos professores nesta nova didática estudantil. No artigo **Estratégias de Aprendizagem Realizadas por Alunos do Curso de Graduação em Educação Física a Distância da Universidade de Brasília** os autores, André Ribeiro da Silva, Jônatas de França Barros, Robson de Souza Lobato, Jitone Leônidas Soares, Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza, Guilherme Lins de Magalhães, buscam investigar as estratégias e hábitos de aprendizagem de graduandos em educação física a distância em uma universidade do Brasil. Foram convidados 115 alunos, de diversos polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB), atualmente institucionalizada pela Universidade de Brasília. Os instrumentos de pesquisa foram baseados nos modelos

MAIS e *IMPACT*. No artigo **EUGENIA E HIGIENISMOS: INSTITUIÇÕES DE ENSINO NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX**, os autores, Levson Tiago Pereira Gomes da Silva e Adlene Arantes, buscam analisar que influências físicas e ideológicas presentes nas instituições escolares, nos primeiros anos do século XX, destes agentes higienistas. No artigo **FIM DA ESCOLA, A MORTE DO EDUCADOR E O CONTEMPORÂNEO NA EDUCAÇÃO**, os autores Gabriel Torelly Fraga Corrêa da Cunha e Guilherme Schröder, tratam do fim da escola, da morte do educador e do contemporâneo na educação. Ao invés de tratar o tema de modo analítico ou explicativo, se coloca como um exercício de escrita crítico-criativo que atualiza os termos do problema ao mesmo tempo em que produz reflexividade. No artigo **FINANÇAS COMPORTAMENTAIS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO**, Mirian Sousa Moreira, Ana Clara Ramos, Daiane do Rosário Martins da Silva, Ana Paula Pinheiro Zago, Carla Mendonça de Souza, Sulamita da Silva Lucas, Liliane Guimarães Rabelo, Rafael Silva Couto, buscam analisar a produção científica sobre efeito manada no mercado financeiro, na área de Finanças Comportamentais, por meio de uma pesquisa bibliométrica na base de dados Portal periódicos CAPES, no período de 2006 a 2016.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COMUNICAÇÃO EDUCATIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UMA NECESSIDADE EMERGENTE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.	
Maria Inez Pereira de Alcântara Joaquim José Jacinto Escola Alexandre dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9641904021	
CAPÍTULO 2	9
CONCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE HEMOFILIA, DIREITOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O TRABALHO DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE	
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula Verônica Regina Muller Marcos Antonio dos Santos Lucas Tagliari da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9641904022	
CAPÍTULO 3	18
CONCEPÇÕES SOBRE A ESCOLHA E IDEALIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS GRADUANDOS NO CURSO DE PEDAGOGIA: QUAL O PAPEL DA DIDÁTICA NO CURRÍCULO?	
Aline Daiane Nunes Mascarenhas Priscila Santos Amorim Adriana Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.9641904023	
CAPÍTULO 4	23
CONSTRUINDO MAQUETES PARA O ENSINO DO CONCEITO DE PROPORCIONALIDADE: RELATO E REFLEXÕES	
Carolina Bruski Gonçalves Neila Carolina Marchiori	
DOI 10.22533/at.ed.9641904024	
CAPÍTULO 5	28
CONTOS DE FADAS EM LIBRAS NA ESCOLA: DESFAZENDO MITOS, MINIMIZANDO BARREIRAS	
Adriana Moreira de Souza Corrêa Natália dos Santos Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9641904025	
CAPÍTULO 6	41
CRIANÇAS DO NOSSO TEMPO: MUDANÇAS SOCIAIS, NOVAS PERSPECTIVAS GERACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM	
Mateus de Souza Duarte Kilsimara Nascimento Ribeiro Raimunda Nonata Yoshii Santarém de Souza Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.9641904026	

CAPÍTULO 7	55
CRISE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POSTULADOS DE ENRIQUE LEFF Janaína Soares Schorr Marcele Scapin Rogerio Daniel Rubens Cenci DOI 10.22533/at.ed.9641904027	
CAPÍTULO 8	71
DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PROJETO ÂNCORA: APRENDIZAGEM E PRÁTICA PEDAGÓGICA Patricia Martins Gonçalves Gilberto Aparecido Damiano DOI 10.22533/at.ed.9641904028	
CAPÍTULO 9	84
DA NOVA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO AO SOCIAL REALISMO: UMA TRAJETÓRIA DO CAMPO EDUCACIONAL Isaías Pascoal DOI 10.22533/at.ed.9641904029	
CAPÍTULO 10	97
DESIGN VISUAL: UM OLHAR DIFERENCIADO NO PAPEL DA IMAGEM NO LIVRO DIDÁTICO Denise Jorgens DOI 10.22533/at.ed.96419040210	
CAPÍTULO 11	105
EL USO DE LOS PORTAFOLIOS COMO ESPACIO PARA EL DIÁLOGO Y EL TRABAJO COLABORATIVO MEDIANTE LA SOLIDARIDAD ENTRE PARES Daniel Fabián Roca Flores Pinto. Maria José Batista Pinto Flores. DOI 10.22533/at.ed.96419040211	
CAPÍTULO 12	112
ENSINO APRENDIZAGEM DE FUNÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS Jefferson Dagmar Pessoa Brandão DOI 10.22533/at.ed.96419040212	
CAPÍTULO 13	123
ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM UM CONTEXTO INTERDISCIPLINAR Daniel Luciano Gevehr Darlã de Alves DOI 10.22533/at.ed.96419040213	
CAPÍTULO 14	139
ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: DA DITADURA AOS DIAS ATUAIS – UMA BREVE DISCUSSÃO Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro Maria Terla Silva Carneiro dos Santos DOI 10.22533/at.ed.96419040214	

CAPÍTULO 15 149

ENSINO-APRENDIZAGEM DE FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR: UM PROCESSO INTEGRADO AO ENSINO DE MATEMÁTICA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Manoel dos Santos Costa
Elsom José Gomes Santos
Alessandra Sampaio Couto
Norma Suely Gomes Allevato

DOI 10.22533/at.ed.96419040215

CAPÍTULO 16 155

ENTRE REALIDADE E FAZ DE CONTA: MANIFESTOS DA AUTONOMIA E AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Emily Maise Feitosa Aragão
Tacyana Karla Gomes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.96419040216

CAPÍTULO 17 163

ESCOLARIZAÇÃO NO ÂMBITO FAMILIAR: ERRO OU SOLUÇÃO

Pedro Trindade Petersen
Andréia Cenedeze
Daniela Ignácio
Cassiano Berta da Silva
Vanessa Steigleder Neubauer
Carlise Maria Zambra

DOI 10.22533/at.ed.96419040217

CAPÍTULO 18 172

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM REALIZADAS POR ALUNOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

André Ribeiro da Silva
Jônatas de França Barros
Robson de Souza Lobato
Jitone Leônidas Soares
Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza
Guilherme Lins de Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.96419040218

CAPÍTULO 19 179

EUGENIA E HIGIENISMOS: INSTITUIÇÕES DE ENSINO NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

Levson Tiago Pereira Gomes da Silva
Adlene Arantes

DOI 10.22533/at.ed.96419040219

CAPÍTULO 20 191

FIM DA ESCOLA, A MORTE DO EDUCADOR E O CONTEMPORÂNEO NA EDUCAÇÃO

Gabriel Torelly Fraga Corrêa da Cunha
Guilherme Schröder

DOI 10.22533/at.ed.96419040220

CAPÍTULO 21 200

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

Mirian Sousa Moreira

Ana Clara Ramos
Daiane do Rosário Martins da Silva
Ana Paula Pinheiro Zago
Carla Mendonça de Souza
Sulamita da Silva Lucas
Liliane Guimarães Rabelo
Rafael Silva Couto

DOI 10.22533/at.ed.96419040221

SOBRE A ORGANIZADORA.....	211
----------------------------------	------------

ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: DA DITADURA AOS DIAS ATUAIS – UMA BREVE DISCUSSÃO

Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro

Universidade Estadual do Ceará(UECE)

Maria Terla Silva Carneiro dos Santos

Secretaria de educação básica do Ceará.
(SEDUC-CE)

RESUMO As mudanças ocorridas na História escolar durante os anos de vigência da Ditadura Militar no Brasil, especificamente a partir dos anos 1970, em virtude da imposição dos Estudos Sociais e da Educação Moral e Cívica, foram o ponto de partida para a sistematização desse estudo, que teve como objeto de pesquisa o ensino de História na educação básica brasileira. Tendo em vista que nesse contexto a formação dos professores foi comprometida com a criação dos cursos de Licenciaturas Curtas, objetivamos discutir os efeitos das diretrizes oficiais para o ensino de História nesse período, destacando os avanços e permanências presentes nessas propostas e evidenciando o lugar ocupado pela História escolar nos dias atuais. Para tal, utilizamos como documentos basilares a LDB n. 5.692/71 e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A pesquisa, de caráter documental e bibliográfico, teve como fundamentação teórica básica os escritos de Fonseca (2003); Bittencourt (2004); Freitas e Biccas (2009); Silva e Fonseca (2010), dentre outros. Considerando-se que a partir da

luta pela ressignificação e reorganização do ensino de História no Brasil ocorrida ao longo dos anos de 1980 e 1990, este, passou a ter um papel educativo, formativo e político visando à formação para a cidadania, entendemos que desde as últimas décadas do século XX, como resultado das lutas políticas, a História ensinada hoje na educação básica tem se aproximado dessa proposta que visa à formação integral do sujeito preparando-o para o exercício da cidadania de forma politizada.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, História da Educação, Formação de Professores.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, desde a última década do século XX, uma relevante produção acadêmica sobre o ensino de História tem demonstrado que os efeitos da ditadura militar (1964-1985) para o campo da educação, em especial para o ensino de História, foram negativos, uma vez que um amplo conjunto de políticas foi implantado a contragosto de significativa parcela dos intelectuais e educadores com o objetivo de controlar e disciplinar a educação no país, tendo em vista a sujeição dos currículos, saberes e práticas docentes aos princípios da doutrina de segurança nacional, premissa que sustentava ideologicamente o viés autoritário da ditadura.

Foi neste cenário que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica n. 5.692/71 veio consolidar uma proposta educacional alicerçada em um tripé, a saber: privatismo, tecnicismo e desenvolvimento econômico (FONSECA, 2003). Nessa perspectiva, o ensino de História deveria, conforme o que era posto, ter uma função pragmática, a fim de consolidar uma memória uníssona por meio da reprodução acrítica de conteúdos que enfatizam o Civismo, a Moral Cristã e o Nacionalismo ufanista.

A partir do fim dos anos de 1970, impulsionado pelo processo de abertura política, o ensino de História passa a ser abertamente problematizado, processo acelerado também pela expansão do campo da produção historiográfica.

Face ao exposto, este escrito caminha no sentido de discutir os efeitos das diretrizes oficiais para o ensino de História nesse período, destacando os avanços e permanências presentes nessas propostas; bem como, discorrer sobre a formação dos professores a partir da criação dos cursos de Licenciaturas Curtas e abordar o resultado das lutas pela ressignificação e reorganização do ensino de História no Brasil, ocorridas ao longo dos anos de 1980 e 1990.

Para facilitar a compreensão do texto, optamos por organizá-lo em duas partes: primeiramente, discutimos a articulação entre o ensino de História e a formação de professores durante a vigência da ditadura militar; em seguida, abordamos o percurso trilhado pelo ensino de História a partir do processo de redemocratização, destacando o lugar ocupado pela História ensinada na educação básica nos dias atuais.

2 | DITADURA MILITAR, ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

O advento do golpe civil-militar de 31 de março de 1964 no Brasil repercutiu sobre amplos setores sociais, de modo especial naqueles mais politizados e combativos que se opuseram a derrubada do presidente da República João Goulart, tais como sindicatos, a União Nacional dos Estudantes, agremiações partidárias historicamente vinculadas às ideologias de esquerda, militares legalistas, professores universitários e secundaristas, entre outros.

Os efeitos do regime político pós-64 também atingiram o campo educacional, uma vez que um ideário autoritário voltado para essa direção foi rapidamente imposto à nação como nos esclarece os estudos de Germano (2008, p. 320):

Nessa perspectiva, uma das primeiras medidas adotadas pelo regime militar foi impor o silêncio, cassar a palavra dos perdedores: movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, ligas camponesas, movimento estudantil, ex-integrantes do governo deposto, parlamentares e forças políticas reformistas ou de esquerda, intelectuais antigolpistas, amplos setores vinculados ao campo da educação, como professores, estudantes e dirigentes de escolas. Uma vez que a alteridade foi cerceada pela repressão, não há projetos alternativos a serem postos em discussão no espaço público e, portanto, não há lugar para o princípio de regulação e negociação política. O discurso se transforma em mera propaganda, uma vez que há uma interdição da fala do outro, de quem pensa diferente; não há, portanto, diálogo, mas ordens a serem cumpridas. Quando ocorrem resistências a essas ordens, intervém um aguilhão para garantir a integridade das ordenações.

A compreensão do autor reforça a concepção de que o controle sobre a educação foi uma estratégia necessária para a massificação de conteúdos doutrinários que difundiam os ideais autoritários da ditadura militar, uma vez que era necessário o controle sobre os conteúdos ministrados e sobre as práticas docentes. Sobre esse aspecto, Araújo e Santos (2014, p. 95), comentaram:

Na história da educação brasileira, o período da ditadura militar, empreendido a partir de meados da década de 1960, é visto como uma fase na qual, em contraposição a uma proposta de educação humanizadora, emancipadora e democrática, a sociedade viu nascer um projeto oficial de educação com enfoque na desmobilização dos movimentos sociais, principalmente daqueles que lutavam por uma proposta educacional voltada para respaldar uma formação docente e um currículo, cujas práticas apontassem para uma cidadania cultural, a partir de uma ação emancipatória e crítica.

A imposição desse projeto educacional passava necessariamente pelo controle do professor, em especial o professor de História, e pelos conteúdos ministrados por ele, uma vez que, a História, tida como uma disciplina que realiza uma análise crítica sobre a sociedade, era vista como empecilho ao projeto de construção de uma memória nacional homogênea e não conflituosa onde o discurso dos vencedores fosse a “verdade” a ser aprendida, portanto, era preciso moldá-la aos interesses do Estado. (LOURENÇO, 2011).

O ensino de História nesse momento sofre um dos seus mais duros golpes, quando seus conteúdos são reduzidos a reproduções acríticas de ideais nacionalistas e cívicos prescritos pelo Estado, conforme evidenciado por Fonseca (2003, p. 36)

Com o golpe de 1964 o Estado passa se preocupar enormemente com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica sob a ótica da doutrina de segurança nacional, tendo como contrapartida a descaracterização e o esvaziamento do ensino de história nas escolas de 1º grau.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5.692/71, que reformulou o ensino secundário no Brasil, substituiu os conteúdos de caráter acadêmico por conteúdos que contemplavam a temática da profissionalização, tirou da educação sua formação propedêutica para o acesso ao nível superior, e foi à síntese do projeto de desqualificação que atingiu especialmente o ensino de História.

Isto representava que a prioridade do ensino de 2º grau passa a ser a formação específica capaz de capacitar mão-de-obra para o trabalho, em detrimento de uma educação integral com ênfase na formação geral do educando. Esta formação profissionalizante, de acordo com a lei, no ensino de 2º grau deveria ser realizada pelas escolas, em cooperação com as empresas e tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho local e regional. Esta medida torna compulsória a profissionalização técnica em nível médio, praticamente eliminando dos currículos do 2º grau a parte de formação geral, especialmente a da área de Ciências Humanas. (FONSECA, 2003, p. 21-22).

Em consonância com o pensamento da autora sobre os efeitos dessa Lei para o ensino de História, Freitas e Biccias (2009, p. 282), esclarecem:

A retirada do currículo das disciplinas de História e Geografia, substituindo-as por Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, ministradas com base em

manuais que eram na realidade, canais de comunicação dos repertórios políticos governamentais, demonstrava a projeção idealizadora de um futuro trabalhador invulnerável aos apelos da luta política por direitos e democracia.

Na perspectiva dos autores, o ensino de História deixou de ser voltado para a formação crítica do cidadão; o professor perdeu sua autonomia diante um controle burocrático crescente e de uma vigilância constante e a sua formação dentro dos cursos de licenciatura curta limitavam sua capacidade de questionamento e problematização dos conteúdos prescrito.

Em relação à formação do professor, esta também foi alvo de uma sistemática política de desqualificação em sintonia com o modelo de educação que então se tornava hegemônico. Como parte fundamental do conjunto de estratégias de controle, foram instituídos os cursos de licenciatura curta, cursos de formação aligeirados e distantes da pesquisa universitária. Fonseca (2003), ao salientar que as licenciaturas curtas acentuavam a desvalorização do profissional da educação, comentou:

Isto acelera a crescente perda de autonomia do professor frente ao processo ensino/aprendizagem na medida em que a sua preparação para o exercício das atividades docentes é mínima ou quase nenhuma; uma vez que os antigos exames de suficiência e as licenciaturas curtas não se diferiam muito. Assim, as licenciaturas curtas cumprem o papel de legitimar o controle técnico e as novas relações de dominação no interior das escolas. (FONSECA, 2003, p. 27).

Pactuando do pensamento da referida autora, Reis (2012, p. 279), evidencia:

A implantação das licenciaturas de curta duração está diretamente relacionada à reformulação da Lei 5.692 /71, que atingiu de modo proposital o ensino das chamadas Ciências Humanas, visto que os objetivos que vigoravam na época eram o da implementação e desenvolvimento de um modelo político e econômico, onde a formação do cidadão era algo de menos importância, pois o fundamental era o ideário de desenvolvimento e segurança nacional.

De acordo com a autora supracitada, a implementação das licenciaturas curtas pelo governo federal teve como finalidade atender à demanda por este tipo de profissional no ensino fundamental e médio, contribuindo, dessa forma, para a expansão da rede particular de ensino superior e, conseqüentemente, para a desqualificação do professor, já que este tipo de formação se daria desvinculada da pesquisa.

Seguindo a política de qualificação do profissional de História e a deformação da História enquanto disciplina escolar, o Ministério da Educação, através da Portaria n. 790, de 1976, autoriza que as aulas de Estudos Sociais sejam ministradas apenas por professores licenciados nos cursos de Licenciatura Curta de Estudos Sociais, evidenciando o controle ideológico do regime sobre a disciplina de História em nível de 1º grau na formação dos jovens, na formação dos cidadãos e do pensamento brasileiro. (FONSECA, 2003).

Segundo Déa Fenelon (1984 apud Fonseca, 2003, p. 28), as licenciaturas curtas em Estudos Sociais visavam à realização de um ensino reprodutivista, uma vez que,

[...] o professor idealizado para produzir esse tipo de ensino deverá, portanto, ser submetido a um treinamento generalizante e superficial, o que conduzirá fatalmente

a uma deformação e a um esvaziamento de seu instrumental científico. Não há que pensar em fornecer-lhe elementos que lhe permitam analisar e compreender a realidade que o cerca. Ele também não precisa refletir e pensar, deve apenas aprender a transmitir.

A compreensão da autora confirma o entendimento de que a desqualificação dos professores, sobretudo de História, no contexto das reformas educacionais ocorridas durante o período em questão, era uma estratégia para o poder político autoritário legitimar, a médio e longo prazo, no espaço educacional voltado para as massas, as concepções ideológicas do regime. De acordo com Fonseca (2003, p. 29),

Desqualificar o professor de História, ou qualificá-lo e prepara-lo para uma escola que impunha tarefas e necessidades de submissão à maioria da sociedade brasileira, significava, sem dúvida, fortalecer e legitimar um modelo antidemocrático e concentrador de riquezas, além de limitar ainda mais as possibilidades de debates mais profundos (na área) no interior das nossas escolas de 1º e 2º graus.

Na perspectiva da referida autora, o profissional oriundo da licenciatura curta estava muito mais propenso a atender aos objetivos do Estado, aos ideais de Segurança Nacional, uma vez que, essas licenciaturas curtas generalizantes reforçavam um processo de ensino onde não havia espaço para a crítica, nem preparavam suficientemente o professor para o trabalho nas escolas.

Ao final dos anos de 1970, o processo de abertura política proporcionou amplos debates em todas as esferas sociais e foi fundamental para proporcionar os espaços necessários para a maturação dos debates no campo do ensino de História. Nesse sentido, ocorreram mudanças significativas, fazendo com que a configuração dos Estudos Sociais durante os anos de autoritarismo fosse paulatinamente transformada.

No item a seguir, abordaremos o percurso trilhado pelo ensino de História a partir do processo de redemocratização, destacando o lugar ocupado pela História ensinada na educação básica nos dias atuais.

3 | REDEMOCRATIZAÇÃO: NOVOS CAMINHOS

No contexto de abertura do regime militar brasileiro, iniciado nos anos finais da década de 1970, os descontentamentos com a Lei 5.692/71 e com os rumos tomados pelo ensino de História começaram a se configurar sistematizados em propostas diametralmente opostas às prescritas pelo Estado.

Conforme Fonseca (2003), o repensar do ensino de História ganha espaços em associações científicas, associações sindicais, congressos, seminários e debates envolvendo os três graus de ensino. Essas discussões, segundo a autora, priorizaram os seguintes aspectos: a produção de conhecimento histórico como forma de romper com o papel reprodutivista que tradicionalmente era conferido ao 1º e 2º graus; o livro didático; o significado de sua utilização e a análise dos conteúdos veiculados; o ensino temático como proposta alternativa ao ensino tradicional de História e experiências utilizando diferentes linguagens e recursos no ensino, tais como, música, literatura,

filmes, TV, história em quadrinhos e outros documentos.

Nesse sentido, vale destacar o pioneirismo das propostas formuladas em São Paulo e Minas Gerais¹, não obstante suas diferenças, uma vez que:

A preocupação das duas novas propostas curriculares caminha no sentido de mudar as práticas, o processo de ensino, o fazer pedagógico na sala de aula de tal forma que o acesso ao saber produzido se dê efetivamente por uma postura crítica ativa, aluno e professor na condição de sujeitos, contrastando com a condição de consumidores de informações, à qual estavam submetidos. (FONSECA, 2003, p.92).

O ensino de História que se constituiu ao longo da década de 1980 sintetizava as demandas da sociedade, dos professores, da universidade e da indústria cultural. Desse modo, ao longo desse período, a identidade do ensino de História é reconstruída, a escola e sua função social são problematizadas, os conteúdos doutrinários são abertamente desafiados, a ressignificação da formação e da prática docente bem como das relações professor-aluno ganham uma nova dimensão.

No âmbito das políticas neoliberais da década de 1990, a educação brasileira passa por mudanças, entre as quais, a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação n.9394/96, que incorpora todas as modalidades de educação, estabelecendo sua integração e assegurando sua organicidade. Nesse cenário, foram elaborados, para os currículos do ensino fundamental e médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cujo propósito, segundo o MEC, é ser um referencial de qualidade para a educação em todo o País². (BRASIL, 1997)

Nesse esteio, o papel da História ensinada é apresentado como um instrumento de compreensão da realidade histórica de forma crítica, no qual o aluno deveria se perceber como sujeito da História e protagonista de lutas políticas e sociais. Para tal, a orientação proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo.

Em relação ao ensino de História para os alunos de primeira a quarta série, os PCN de História destaca uma organização dos conteúdos em eixos temáticos e uma preocupação em introduzir noções e conceitos históricos, a partir dessa fase escolar, os quais serão progressivamente trabalhados ao longo de todo o ensino fundamental e médio. (BRASIL, 1997).

No tocante à História ensinada aos alunos de quinta à oitava série (atualmente 6º ao 9º ano), Bittencourt (2004, p. 115) pontua: “as propostas baseiam-se em uma

1. Conf. Fonseca (2003), a proposta de São Paulo teve como aporte os estudos da História Social Inglesa e da Nova História Francesa e em Minas Gerais prevaleceu a influência da teoria Marxista.

2. Em conformidade com o texto expresso na introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1997)

história social ou sociocultural, conforme se verifica pela bibliografia e pela constante relação com os conceitos tidos como básicos para o conhecimento histórico escolar”.

Na concepção da autora,

A opção pela história sociocultural é justificada pela série de conceitos selecionados como fundamentais, destacando-se o de cultura, trabalho, organização social, relações de poder e representações. O conceito de cultura procura substituir o de civilização, que fundamentou, segunda uma ótica eurocêntrica, a História escolar, e desta forma se justifica a importância da história cultural [...] (BITTENCOURT, p.115).

Desse modo, concordamos com o pensamento de Bittencourt (2004), ao considerar o domínio dos conceitos relevante para assegurar a sistematização dos conteúdos, pelo fato de não existir em elenco de conteúdos para cada uma das séries e algumas das propostas basearem-se em eixos temáticos ou temas geradores.

A História proposta pelos PCN para o ensino médio (BRASIL, 2000), mantém a organização dos conteúdos por temas, mas sem elencá-los ou apresentar sugestões, como foi feito para os demais níveis. Na concepção de Bittencourt (2004), a História ensinada no ensino médio:

Tem como preocupação maior aprofundar os conceitos introduzidos a partir das séries iniciais e ampliar a capacidade do educando para o domínio de métodos da pesquisa histórica escolar, reforçando o trabalho pedagógico com propostas de leitura de bibliografia mais específica sobre o tema de estudo e com a possibilidade de dominar o processo de produção do conhecimento histórico pelo uso mais intenso de fontes de diferente natureza. (BITTENCOURT, 2004, p. 118).

Considerando que o ensino médio, segundo a Lei 9.394/96, deve ser presidido por uma educação geral formativa e não propedêutica, sem a preocupação com a especialização profissional, mas tendo como objetivo central, o preparo para o exercício da cidadania, os PCN de História procuraram articular a formação para a cidadania com o domínio de conceitos históricos básicos.

Nos dias atuais, Silva e Fonseca (2010), em seus estudos sobre o ensino de História, refletem sobre o lugar ocupado pela História ensinada na educação básica e afirmam:

[...] o lugar ocupado pela História, após 14 anos da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 e 13 anos da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação, está intimamente imbricado às intencionalidades educativas expressas na política educacional implementada na década de 1990, no contexto político de globalização da economia, de desenvolvimento de novas tecnologias e de consolidação da democracia no Brasil. (SILVA; FONSECA, 2010, p. 17)

Ainda sobre o lugar ocupado pela História, concluem dizendo que “[...] esse lugar deriva de mudanças na política educacional e no ensino de História, conquistadas no processo de lutas na década de 1980 e, também, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988” (SILVA; FONSECA, 2010, p. 17).

Sobre a configuração que adquire a História ensinada ao longo dos anos de 1990 os autores supracitados apontam conquistas importantes, a saber: a extinção das

disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB); os cursos superiores de Licenciatura Curta em Estudos Sociais; a avaliação dos livros didáticos dos quatro anos iniciais do ensino fundamental, a partir de 1994. Esse processo foi institucionalizado, ampliado e desenvolvido de forma sistemática nos governos posteriores. Além disso, depois da LDB de 1996 foram desenvolvidos programas e projetos de formação docente pelos governos federal, estaduais e municipais, com ênfase na titulação universitária dos professores das séries iniciais do ensino básico e fundamental. (SILVA; FONSECA, 2010).

A História escolar hoje é resultado das demandas e lutas que se constituíram especialmente ao longo das últimas três décadas. Na atualidade, a História enquanto disciplina escolar visa à formação integral de um sujeito que seja capaz de exercer sua cidadania de forma politizada, busca resgatar as multiplicidades étnicas que constituem a identidade nacional etc. Para tanto, os professores, não obstante os problemas ainda presentes nas formações iniciais estão sendo preparados tendo como premissa uma formação que considera a aproximação entre pesquisa, teoria e ensino.

Entre as inovações concernentes às multiplicidades étnicas na atualidade, destacamos a Lei Federal n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que determina a inclusão obrigatória, no currículo da rede de ensino, do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e dar outras providências; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas em 2004, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. (SILVA; FONSECA, 2010)

Foi nesse contexto de lutas e conquistas, que surgiu a Lei Federal 11.645/08 que altera o Art. 26A da LDB n. 9.394/96 e substitui a Lei n. 10.639/03, que previa a inclusão da temática afro-brasileira nos currículos das redes de ensino. A partir da publicação da Lei, todas as escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas, devem conferir o mesmo destaque ao ensino da história e cultura dos povos indígenas. Segundo Silva e Fonseca (2010, p. 22) “[...] as modificações inseridas na LDB pela Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008, não invalidaram nem revogaram as leis anteriores, mas acrescentaram a obrigatoriedade dos estudos referentes à questão indígena”, representando um grande avanço no campo educacional, haja vista que a inserção desses novos conteúdos implica na esperança de uma reescrita da história alicerçada em novos paradigmas que valorizem as diferentes identidades sociais.

Face ao exposto, concordamos com as reflexões de Silva e Fonseca (2010) quando estas afirmam que cabe ao ensino de História um papel educativo, formativo, cultural e político que colabore para a construção da cidadania.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o recorte temporal estabelecido para o desenvolvimento desse estudo, (dos anos 1970 aos dias atuais), objetivamos discutir os efeitos das diretrizes oficiais para o ensino de História nesse período, utilizando como documentos basilares a LDB n. 5.692/71 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, destacando os avanços e permanências presentes nessas propostas e evidenciando o lugar ocupado pela História escolar nos dias atuais.

A análise documental e bibliográfica nos permitiu constatar, que no projeto educacional elaborado e posto em prática no período da ditadura militar, a História em nível de ensino de 1º e 2º graus foi estrategicamente atingida de diversas formas, através de uma série de medidas legais impostas pelo governo federal, com a finalidade de reduzir os conteúdos da História escolar a reproduções acríticas de ideais nacionalistas e cívicos prescritos pelo Estado.

A formação do professor de História também foi alvo de uma sistemática política de desqualificação em sintonia com o modelo de educação que se tornava hegemônico no período. Daí o surgimento dos cursos de Licenciatura Curta como parte fundamental do conjunto de estratégias de controle por parte do Estado.

O processo de abertura rumo à democratização possibilitou os debates em todas as esferas sociais e foi fundamental para proporcionar os espaços necessários para a maturação das discussões acerca do ensino de História nas últimas décadas, resultando numa proposta curricular que visa à formação integral do sujeito, capaz de exercer sua cidadania de forma politizada. Para tanto, os professores estão sendo preparados tendo como premissa uma formação que considera a aproximação entre pesquisa, teoria e ensino.

Assim, entre perdas e ganhos, entendemos que a História escolar hoje está alicerçada em novos paradigmas que valorizam as diferentes identidades sociais e resgatam as multiplicidades étnicas que constituem a nossa identidade nacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão; SANTOS, Jean Mac Tavares. Prática Docente e Currículo de História: Considerações a partir da memória de professores no contexto da ditadura militar. In: SANTANA, José Rogério et al (Orgs). **Golpe de 1964: história, geopolítica e educação**. Fortaleza: EdUECE, 2014.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Lei Federal n. 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Brasília, 1971. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm. Acesso em 13 de Ago. 2015

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/destaques?id=12598;publicacoes>>. Acesso em 13 de Ago. 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papyrus, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GERMANO, José Willington. O Discurso Político sobre Educação no Brasil autoritário. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

LOURENÇO, Elaine. **Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista – (1970-1990)**. 2011. 307f. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2011

REIS, Martha dos. Efeito das reformas educacionais na formação e atuação de professores da área de ciências humanas. **Espaço do Currículo**. João Pessoa, v.5, n.1, p.278-286, jun/dez. 2012.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimaraes. Ensino de História hoje: Errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 – 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-096-4



9 788572 470964